

A CENTRALIDADE DAS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES (2013-2017)

Daniela da Mota Porto¹

Larissa Monique de Souza Almeida Ribeiro²

Resumo: Este artigo é um desdobramento da pesquisa do trabalho de conclusão de curso, que visou mapear as produções científicas brasileira e identificar as dissertações de mestrado e as teses de doutorado defendidas no Brasil no período de 2013 a 2017, publicadas no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que investigaram a Infância na Educação Infantil do Campo. Para tanto, teve como metodologia, a pesquisa de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico do tipo Estado da Arte (ROMANOWSKI E ENZ, 2006; FERREIRA, 2002) que é um estilo de mapeamento que possibilita o conhecimento ou reconhecimento de estudos que estão sendo, ou já foram realizados em diferentes épocas e lugares. Assim, para o levantamento dos dados foram analisados os títulos e os resumos das dissertações e das teses no banco da CAPES que é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil. Deste modo, a presente pesquisa anuncia e denuncia a urgência nas pesquisas sobre as crianças pequenas residentes no campo e sua educação institucionalizada, quando demandada pelas populações do campo. O debate de Educação Infantil do Campo abre visibilidade para que se discutam as Infâncias do Campo e Políticas Públicas educacionais.

Palavras-chaves: Infância. Educação Infantil do Campo. Estado da Arte.

Introdução

Este artigo é um desdobramento da pesquisa do trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação do Campo pela Universidade do Estado da Bahia - Campus XII Guanambi. E nesse texto será discutida a segunda parte da pesquisa realizada em que discute as temáticas decorrentes das produções selecionadas a saber: a concepção de infância e as políticas públicas da Educação Infantil do Campo. Vale ressaltar que a primeira parte da pesquisa onde apresenta os resultados obtidos na análise de dados, referente ao levantamento quantitativo do material selecionado das

¹ Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professora temporária da Prefeitura Municipal de Guanambi – Brasil; Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED – Vitória da conquista). E-mail: danielamporto@hotmail.com

² Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Universidade do Estado da Bahia, Campus XX, Brumado. E-mail: larymonik2@hotmail.com



teses e dissertações (CAPES) defendidas no Brasil no período de 2013 a 2017, foi apresentado no formato de comunicação oral no Seminário Gepráxis 2021***

A Educação Infantil no Brasil teve como primeiro marco legal a publicação da Constituição Federal de 1988, pois pela primeira vez na história brasileira registra-se em lei a obrigatoriedade da oferta de vagas em creches e pré-escolas a todas as crianças de zero a seis anos de idade. Oito anos após a promulgação da Constituição, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei de nº 9.394/96, foi aprovada. E, no Artigo 29 pode-se lê: “a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Sobre essas duas Leis, Kramer (2014) diz que o reconhecimento da Educação Infantil como um direito e sua efetivação como primeira etapa da educação básica foram importantes referências para a história da educação das crianças. E, desde então, essa etapa tem passado por várias mudanças, principalmente, no âmbito das políticas públicas educacionais, pois, afirmar a educação como direito, impõe permanente e intensa luta em diferentes campos, âmbitos e dimensões. Sua conquista exige que a sociedade esteja em constante vigilância para que se traduza em políticas efetivas de condições cada vez mais adequadas e permanentes ao seu pleno desenvolvimento. Lutas essas não só direcionadas às conquistas da Educação Infantil, pois as políticas educacionais entravam em ebulição também na área da Educação do Campo.

Segundo Caldart (2004) a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo. As diferenças entre Educação no Campo e Educação do Campo se dão pelo fato de que a primeira é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais, seguindo o paradigma da Educação Ruralista que segundo Silva e Costa (2006) apoia-se em uma visão tradicional do espaço rural no País, enquanto o paradigma da Educação do Campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela oportunidade de permanecer nela. Assim, não basta ter escolas no campo, e sim escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

*** Seminário Gepráxis, VIII Seminário Nacional e IV Seminário Internacional: Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional. Educação como direito em tempos de (neo) conservadorismo: da subalternidade à emancipação. Que foi realizado nos dias 25 a 28 de maio de 2021. <http://www2.uesb.br/eventos/gepraxis/>

Em meados da década de 1980, podem-se evidenciar um avanço na Educação como um todo, construindo um espaço legítimo tanto para a Educação Infantil como uma etapa da Educação Básica, quanto para a Educação do Campo como uma modalidade a ser constituída e expandida. Este é um importante ponto de convergência histórico e político destes dois campos marcados pelos movimentos populares sociais, debatendo questões na perspectiva do atendimento à infância do campo.

A Educação Infantil do Campo inclui a diversidade de infâncias, povos e populações que vivem nos territórios rurais do país. Nessa perspectiva, o tema Educação Infantil do Campo, que já estava presente desde 1998 nas discussões dos movimentos de Educação do Campo, ganha na Resolução do CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, maior evidência a partir da garantia da universalização do acesso à Educação Básica para as crianças residentes em áreas rurais, já definida pela constituição de 88.

Apesar disso, Côco (2011) diz que a Educação Infantil do Campo no tocante ao espaço científico ainda é pouco explorada, ainda há uma escassez de material e produção acadêmica, sem contar as incipiências dos documentos legais entorno dessa modalidade de Educação Infantil, as políticas de Educação Infantil apenas referem-se à Educação do Campo e vice-versa, mas não há um aprofundamento das áreas sobre a especificidade da Infância do Campo.

Em relação ao campo científico e as pesquisas sobre a infância na Educação Infantil do Campo, surge o interesse de questionar: quais produções científicas brasileiras defendidas no período de 2013-2017, publicadas no banco de tese e dissertações da CAPES, discutem sobre a Infância na Educação Infantil do Campo? Portanto, este trabalho visou mapear as produções científicas brasileira e identificar as dissertações de mestrados e as teses de doutorado defendidas no Brasil no período de 2013 a 2017, publicadas no banco da CAPES, que investigaram a infância na Educação Infantil do Campo. O recorte temporal de 2013 a 2017 foi escolhido pelo fato de ter sido os cinco últimos anos, após uma década em que foram deliberadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº04/00, 16 de fevereiro de 2000) e de Educação do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002).

Para tanto, teve como objetivos específicos: identificar as teses e dissertações que investigaram a infância na Educação Infantil do Campo presentes nos arquivos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); discutir os procedimentos

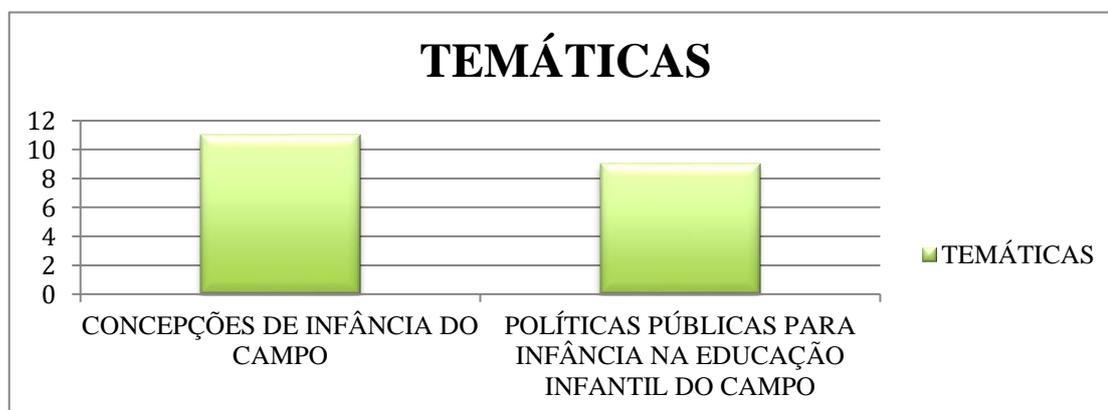
metodológicos utilizados por essas produções científicas; analisar as principais temáticas evidenciadas pelos trabalhos.

Para tal, este estudo lançou mão do percurso metodológico de abordagem qualitativa e cunho bibliográfico do tipo Estado da Arte, que segundo as autoras Romanowski e Enz (2006) e Ferreira (2002) é um tipo de mapeamento que possibilita o conhecimento ou reconhecimento de estudos que estão sendo, ou já foram realizados em diferentes épocas e lugares.

Uma análise das pesquisas em Infância na Educação Infantil do Campo

Nas produções selecionadas que investigam a infância na Educação do Campo há uma prevalência por duas temáticas: Concepções de infâncias do Campo e Políticas Públicas para infância na Educação Infantil do Campo como registrado no gráfico 4.

Gráfico 4



Fonte: Dados da Pesquisa

Essas temáticas são de grande relevância para o estudo da infância na Educação Infantil do Campo, pois fica quase impossível discutir sobre Infância em qualquer modalidade ou etapa educacional sem entender o conceito dessa palavra ou tendo clareza que existem múltiplas Infâncias. Do mesmo modo, não tem como debater sobre infância na Educação Infantil do Campo sem a garantia do acesso e permanência de crianças nas instituições de Educação Infantil do Campo por políticas públicas voltadas para a infância na Educação Infantil do Campo.

Para ficar mais claro, a seguir são apresentadas as análises do material recolhido com o intuito de melhor compreender as temáticas anunciadas, bem como os conteúdos abordados em cada uma delas e os autores usados para embasar essa discussão.

Concepções de infância na Educação Infantil do Campo: o que as pesquisas dizem sobre isso

Das produções científicas selecionadas, 11 tratavam desse tema, ou seja, 55% das obras separadas. Esses trabalhos estavam interessados em processos como: visibilidade da Educação Infantil do Campo nas produções científicas (GONÇALVES, 2013; PELOSO, 2015); sentimentos de infâncias e as singularidades da Criança, a partir do olhar das crianças, das famílias e do professor (CARVALHO, 2013; FRANCO, 2016); compreensão da Criança acerca da infância da escola de Educação do Campo (OLIVEIRA, 2013); significações construídas através brincar das crianças da Educação Infantil do Campo (LOFFLER, 2013; SILVA, 2016); Experiências de infâncias com produções de cultura afro (SOUZA, 2016); significados da cultura local e escolar para crianças da Educação Infantil do Campo (AVIZ, 2016); modos com as crianças incorporam os conteúdos da mídia televisiva vivenciada na escola de Educação Infantil do Campo (VASCONCELOS, 2016); e a infância dos pequenos Indígenas (SILVA, 2017).

Como observado pelas preposições acima, mesmo que alguns tratam de populações rurais diferentes, os trabalhos abordam principalmente as significações da infância na Educação Infantil do Campo e de que modo a criança compreende a cultura em que está inserida. As considerações são gerais para afirmar importantes mudanças conceituais e políticas que sobrevieram para os conceitos de criança e infância desde o século XIX até os dias atuais, sem contar que a infância deixou de ser tratada como um conceito singular.

E para isso, muitos dos trabalhos se baseiam em Kuhlmann Jr. (2015) ao afirmar que a palavra infância tem variados significados a depender da perspectiva adotada para análise. Por exemplo, no dicionário Aurélio, infância significa período de vida humana desde o nascimento até à puberdade; as crianças; e começo, princípio, os primeiros anos. No Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA considera como criança a pessoa com até doze anos incompletos, enquanto que entre os doze e dezoito anos encontra-se a adolescência. E na etimologia da palavra, a infância tem origem no latim *infantia*, do verbo *fari* = falar, onde *fan* = falante e *in* constitui a negação do verbo. Portanto, *infans* refere-se ao indivíduo que ainda não é capaz de falar.

Além desses conceitos, de idade cronológica e etimológica dessa palavra, Kuhlmann Jr. (2015, p.30) diz que:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história.

Nessa perspectiva, compreende-se que a infância é uma categoria histórica, cultural e social e não apenas um período definido biologicamente, podendo haver em um mesmo período histórico, diversas representações da infância e até mesmo da própria criança, deixando claro a necessidade de pensar a criança em diferentes contextos como sujeito histórico e social, ou seja, pensá-la dentro da história, expressando a sua vitalidade, e construindo a história em diferentes momentos e situações.

Ao entender a criança como ser histórico e social significa considerar a infância como experiência humana e não apenas um momento transitório da vida. Nessa perspectiva, Salles e Faria (2012, p. 57) afirma que, além de construir a história na cultura do meio social em que vive,

A criança constrói uma história pessoal, que vai se fazendo na cultura familiar e que se define em função da classe social de sua família, do espaço geográfico que habita, do seu sexo, de seu pertencimento etnicorracial, das especificidades de seu desenvolvimento e das vivências socioculturais que têm em função desses fatores. Sua história se constrói também com seus pares, produzido e partilhando uma cultura da infância, constituída por ideias, valores, códigos próprios, formas específicas de compreensão da realidade, que lhe permitem não apenas reproduzir o mundo adulto, mas ressignificá-lo e reinventá-lo.

Concordando com essa afirmação, Silva (2017) em sua dissertação *A infância dos “pequenos indígenas” Mbyá-Guarani da Tekoá Pindó Mirim: Os entrecruzamentos com a natureza e o protagonismo nos processos educativos* chega à conclusão que, a criança é capaz de interagir e comunicar com parceiros mais próximos como pais, irmãos, avós, primos, amigos e professores, ou seja, é possível que haja uma relação dialógica entre o adulto e a criança, criança e criança, potencializando o desenvolvimento no sentido do ser criança como uma pessoa única, historicamente marcada, mas surpreendendo consigo mesma e com os outros, além de propiciar-lhes espaços de construção de conhecimento e de cultura com seus pares.

De acordo com Sarmiento (2005, p. 361), “a infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos

da estrutura social”. Desta maneira, Souza (2016) discute em sua tese *Experiências de Infâncias com Produções de Culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam* que, os diversos ambientes nos quais vivem as crianças precisam ser considerados e respeitados.

Ainda sobre isso, as autoras Silva, Felipe e Ramos (2012, p. 419), afirmam que “na última década a Infância deixou de ser tratada como um conceito singular”, pois é possível identificar, no campo histórico e social, as diversas e contraditórias situações vivenciadas pelas crianças, como o trabalho infantil, a exploração sexual, a falta ou precarização das políticas públicas referentes à saúde e ao lazer, às dificuldades de acesso a uma educação pública e de qualidade, dentre outros aspectos de ordem socioeconômica e cultural.

Esse ponto é bastante discutido por Peloso (2015) na tese *Infâncias do e no campo: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais* que é necessário desmistificar o conceito de Infância Global, aquela infância de origem europeia, branca, cristã e urbana e dissolver esse conceito em vários contextos sociais e culturais. Desse modo, a infância ou as infâncias são compreendidas de diferentes maneiras, de acordo com o lugar que ocupam na sociedade, ou seja, infâncias diversificadas a partir das diferenças culturais das crianças.

Nessa perspectiva de pluralização do conceito de infância, Silva, Felipe e Ramos (2012, p. 419-420), diz que “as crianças do campo se inscrevem, como todas as crianças, em relações sociais complexas, na medida em que participam da simultaneidade de tempos sociais que constitui o mundo Global”, ou seja, a Infância do Campo se destrincha em vários outros apontamentos, visto que, o Campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura.

Portanto, o campo é heterogêneo e para um projeto histórico emancipatório, a ideia de infâncias do campo, em vez de infância do campo, pode alargar o horizonte ético-político pelo qual as identificações sociais são apreendidas. Assim, é muito importante a compreensão do atendimento ao direito das crianças do campo à Educação Infantil em garantir o compromisso com as variedades de infâncias brasileiras.

Assim sendo, a Educação Infantil do Campo constrói as bases para a contraposição a um modelo de educação que simplesmente reproduz, nos territórios rurais, a cultura urbana dominante. Essa reprodução é dominação e a educação deve ser projetada para a emancipação das crianças constituindo um lugar em que elas possam se reconhecer como sujeitos de direito, de desejos e de conhecimento.

A concepção de criança sustentada no art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução nº 5 (2009, p.12), é que a criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Assim sendo, esse documento, considera a criança um sujeito de direitos que, constrói sua identidade pessoal e coletiva produzindo cultura. E, segundo Salles e Faria (2012) ao afirmar a criança como cidadão de direitos, considera-se que, independentemente de sua história, de sua origem, de sua cultura e do meio social em que vive lhe foram assegurados legalmente direitos que são iguais para toda criança.

E um desses direitos é ter acesso a uma educação de qualidade. Do mesmo modo, uma Educação Infantil do Campo de qualidade. Por isso, é preciso criar propostas de vivências a partir da realidade específica tendo presente as diversidades encontradas nas várias regiões do país, garantindo uma Educação Infantil do Campo que contemple as diversas infâncias do Campo nos seus contextos e, ao mesmo tempo, articule o atendimento a todos os seus direitos.

Políticas públicas para a infância na Educação infantil do Campo: discussões acerca das produções científicas

A Educação Infantil do Campo enfrenta muitos desafios relacionados à sua estruturação, que envolve especialmente, as políticas públicas educacionais. Por isso, nessa seção será considerado o que as produções científicas selecionadas discutem sobre políticas públicas educacionais para a infância na Educação Infantil do Campo.

Dessas pesquisas, 09 tratavam da respectiva temática, ou seja, 45% das produções selecionadas, e as preposições abordadas são: Programa Bolsa Família na compreensão de Infância e no acesso e permanência de crianças na Educação Infantil do Campo (SANTOS, 2014); o lugar da Educação Infantil do Campo (DRUZIAN, 2015); políticas educacionais para a Educação Infantil do Campo (UCHOA, 2015; LOPES, 2016; MELO, 2016) significações do currículo na Educação Infantil do Campo (SANTOS, 2016); significados da creche para famílias de assentamento (RIBEIRO, 2016); a percepção das famílias e cumprimento pelos

órgãos governamentais dos direitos à Educação Infantil do Campo (LEINEKER, 2016); e Educação Infantil como direito social das crianças do Campo no cenário educacional brasileiro (OLIVEIRA, 2016).

Em concordância, todas elas defendem o direito à Educação Infantil do/no Campo para crianças que vivem no campo e discorrem sobre as diversas problemáticas enfrentadas pelas populações camponesas acerca da garantia de seus direitos.

Sobre isso Leineker (2016) em sua pesquisa intitulada *O direito à educação Infantil do Campo no município de Pinhão: ponto de vista das famílias*, diz que a depender das relações sociais que estabelecem no campo e constituem os sujeitos, tais como, relações de disputa, de poder e de sobrevivência, podem amenizar ou reforçar as dificuldades e desafios pelos quais os povos do campo passam, sejam no que se refere à garantia de seus direitos à educação e a uma escola de qualidade, como também ao que se refere à qualidade de vida, moradia, alimentação, saúde etc. Ela ainda diz que o atendimento precário das políticas públicas municipais para educação infantil do campo avigora o não reconhecimento pelos próprios povos do campo como sujeitos de direitos.

Assim, entende-se que uma política pública educacional bem fortificada pode fazer uma reorganização social no lugar onde está inserida, por isso Caldart (2004, p.151-152) justifica que:

A luta por uma educação do campo reconhece o povo do campo como sujeitos das ações e não apenas sujeitos às ações de educação, de desenvolvimento e assumem como sua tarefa educativa específica a de ajudar às pessoas e às organizações sociais do campo para que se vejam e se construam como sujeitos, também de sua educação.

Partindo do princípio que as Instituições de Educação Infantil no nosso país atende crianças nas modalidades creche e pré-escola, ambas respectivamente acolhem crianças de zero a três anos e de quatro a cinco anos, é do senso comum social, principalmente no território urbano, que os sujeitos do campo não necessitam de instituições escolares que atendam crianças nessas faixas etárias. Lopes (2016) em *Educação Infantil Do Campo no município de Bela Vista de Goiás: a pré-escola para crianças residentes na área rural*, afirma que onde ocorreu a sua pesquisa, há uma escassez de instituições para crianças menores e as poucas que tem precisam melhorar no quesito qualidade no atendimento educacional direcionado a essa parcela da sociedade.

Seguindo esse mesmo enfoque, Ribeiro (2016) em sua dissertação *Educação Infantil do Campo: mais respeito nossas crianças têm direito*, diz que durante muito tempo, as políticas educacionais não reconheceram os povos do campo como produtores de conhecimento. Nas suas diversidades, eles eram vistos como meros receptores de propostas elaboradas numa lógica que os submetia a relações de dominação sob os aspectos culturais, ambientais, econômicos, políticos, ponto também abordado por Santos (2016) em *Significações do currículo da Educação Infantil do/no Campo para a comunidade escolar de um assentamento de reforma agrária na região Norte de Mato Grosso* que as políticas públicas educacionais e os currículos das instituições de Educação Infantil do Campo ainda não contemplam as necessidades e os direitos das crianças do campo.

Assim sendo, no que diz respeito às políticas públicas para essa etapa e modalidade da educação, cabe ressaltar que elas enfatizam que a instituição de Educação Infantil deve levar em conta o contexto a qual está inserida, ou seja, caracterizar a população e a comunidade atendidas, observando a realidade sociocultural a qual estão enraizadas. Em relação ao contexto sociocultural no qual as instituições de Educação Infantil se inserem, o Parecer CNE/CEB (2009, p. 11) diz que:

As instituições necessariamente precisam conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade.

Sobre essa problemática, Gonçalves (2013) em *O estado da arte da infância e da Educação Infantil do Campo: debates históricos, construções atuais*, diz que, a falta de um atendimento específico para crianças que residem em áreas rurais, está afetando diretamente o desenvolvimento escolar dos alunos do campo, fazendo com que as escolas do campo tivessem os menores índices no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2013) diz em sua tese *O que você descobriu sobre a gente? A escola de Educação Infantil do campo a partir do olhar das crianças*, a discussão sobre a Educação do Campo para crianças de zero a cinco anos de idade deve ser em prol dos interesses da mesma, do seu desenvolvimento sociocultural, dos variados grupos sociais dos quais fazem parte. Ou seja, de acordo com Silva e Pasuch (2010, p. 2) “uma educação infantil

que valorize suas experiências, seus modos de vida, sua cultura, suas histórias e suas famílias, que respeite os tempos do campo, os modos de convivência, as produções locais”.

Reconhecendo essas características, a Resolução 02/2008, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece diretrizes, normas e princípios para a Educação Básica do Campo, define as populações rurais como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caçaras e outros.

Assim, é preciso levar em consideração que a Educação Infantil do Campo inclui a diversidade de povos e populações que vivem nos territórios rurais do país. E, segundo Silva e Pasuch (2010, p. 2) também é preciso construir “creches e pré-escolas com a cara do campo, mas também com o corpo e a alma do campo, com a organização dos tempos, atividades e espaços organicamente vinculados aos saberes de seus povos”.

O assunto mais discutido nas produções que debatem políticas públicas para a Educação Infantil do Campo é que para que seja feita uma Educação Infantil do Campo de fato, é necessário compreender a infância no contexto da Educação do Campo, ou seja, levar em consideração as especificidades e singularidades da criança e do seu meio antes mesmo de compreendê-la como estudante de determinada instituição de Educação Infantil. Essa é uma condição importante para apreendermos os sentidos que a mesma tem dentro da instituição escolar. Essa distinção é imprescindível, pois a criança antes mesmo de ser aluno, vive tantas outras dimensões subjetivas, que não podem ser sucumbidas a um conjunto de normas, convenções, expectativas quando estas adentram nas instituições escolares.

Considerações finais

A Educação Infantil do Campo é uma política nova, advinda de outras políticas públicas que emanaram dos movimentos sociais e pelas particularidades que a compõe requer um olhar mais atento dos legisladores e dos pesquisadores dessa temática.

As temáticas que tiveram maiores inferências nos trabalhos foram Concepções de infância do Campo e políticas públicas para a infância na Educação Infantil do Campo. É importante destacar que as pesquisas selecionadas usaram diversos autores para embasar sua discussão sobre essas temáticas, além dos pareceres e resoluções, os que aparecem com maior frequência são: Moysés Kuhlmann Jr (2015); Sônia Kramer (2014), Wiliam Corsaro (2005),

Maria Antônia de Souza (2011), Roseli Salete Caldart (2004), Valdete Côco (2011). E uma referência apareceu por unanimidade nos trabalhos, às autoras Ana Paula Soares da Silva, Jaqueline Pasuch e Ana Paula Soares da Silva (2012) que discutem a Educação Infantil do Campo tanto nas temáticas das Infâncias quanto das Políticas Públicas.

É imprescindível salientar que é no espaço da Educação Infantil do Campo que a discussão entre a interface Educação Infantil do Campo nas temáticas Concepções de infância e Políticas Públicas na Educação Infantil do Campo ainda carece de mais consistência teórica.

Deste modo, a presente pesquisa anuncia e denuncia a urgência nas pesquisas sobre as crianças pequenas residentes no campo e sua educação institucionalizada, quando demandada pelas populações do campo. O debate de Educação Infantil do Campo abre visibilidade para que se discutam as infâncias do Campo e Políticas Públicas educacionais. Tal visibilidade ainda não implica na qualidade dos serviços ofertados a estas populações, por isso, também a denúncia, por meio desta produção científica, que pretende alargar-se para além do meio acadêmico, sobre a insuficiência de políticas públicas educacionais voltadas ao público infantil da Educação Infantil do Campo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

AVIZ, Fernanda Regina Silva de. **O olhar da criança do campo sobre a cultura local: um estudo em uma escola de Tracuateua-PA**. 163 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cssf/estatutocrianca.pdf>. Acessado em 13/03/2018

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.2, de 28 de abril de 2008 que estabelece **Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas de Atendimento da Educação**

Básica no Campo, destacando a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Brasília: MEC, SEB, DF: 2008

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 04/00, aprovado em 16 de fevereiro de 2000**. Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13252-parecer-ceb-2000>. Acessado em: 24/04/2018

BRASIL. Presidência da República. **Constituição 1988**: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

BRASIL.. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acessado em: 24/04/2018

CARVALHO. Patrícia Alves. **O Sentimento De Infância E As Singularidades Da Criança No Olhar Do Professor Da Escola Polo Pantaneira De Aquidauana**: Uma Análise Em Fenomenologia. 202 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul. 2013.

CÔCO, Valdete. **Educação Infantil do Campo**: aproximações ao cenário do Espírito Santo. Anais da 34ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em educação. Anped. Educação e Justiça Social. ISSN: 2175-8484. Natal, RN: Anped, 2011.

DRUZIAN. Franciele. **O Lugar Da Educação Infantil Do Campo Na Escola Municipal De Ensino Fundamental Major Tancredo Penna De Moraes**. 120 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal De Santa Maria. Santa Maria/Rs. 2015

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

FRANCO. Cleria Paula. **A “Escola Da Criança Feliz”**: Significações Da Educação Infantil Do/No Campo. 180 P. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação Cáceres/MT. 2016.

GONÇALVES, Raphaela Dany Freitas Silveria. **O estado da Arte da Infância e da Educação infantil do campo**: Debates históricos, construções atuais. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Departamento de Políticas Educacionais, História e Sociedade, Universidade Estadual de Faria de Santana, Feira de Santana, 2013. Disponível em: <<http://www2.uefs.br/pp>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

KRAMER, Sonia; TOLEDO, Leonor Pio Borges de; BARROS, Camila. Gestão do contrato infantil nas políticas municipais. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, p. 11 a 36 de

março de 2014. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de julho de 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782014000100002>.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 7ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

LEINEKER, Mariulce Da Silva Lima. **O Direito À Educação Infantil Do Campo No Município De Pinhão**: Ponto De Vista Das Famílias. 308 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

LOFFLER. Daliana. **Educação Infantil Na Escola Do Campo**: O Que As Crianças No Sinalizam Sobre Este Contexto. 116 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal De Santa Maria. 2013

LOPES. Ester Alves. **Educação Infantil Do Campo No Município De Bela Vista De Goiás**: A Pré-Escola Para Crianças Residentes Na Área Rural. 170 P. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal De Goiás. Goiânia. 2016.

MELO. Regina Lúcia Couto de. **O Direito À Educação Infantil e a Oferta Pública em Minas Gerais Para Crianças de 0 A 6 Anos Dos Povos Quilombolas**. 221 P. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação - 2016.

OLIVEIRA, Leomárcia Caffé de. **O Que Você Descobriu Sobre a Gente?** A Escola de Educação Infantil do Campo a Partir do Olhar das Crianças. 276f. Tese. (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23970>. Acesso em: 22 abr. 2018.

OLIVEIRA. Denise Rangel Miranda de. **Educação Infantil em contextos rurais**: perspectivas presentes na produção acadêmica da última década (2000-2010). 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pós Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016.

PELOSO, Franciele Clara. **Infâncias do e no campo**: um retrato dos estudos pedagógicos nacionais. 222 p. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em Educação - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. São Carlos. 2015.

RIBEIRO. Maria De Fatima. **Educação Infantil Do Campo**: Mais Respeito Nossas Crianças Têm Direito. Dissertação (Mestrado). Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul. 2016

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, vol.6, num.19, set-dez 2006, pp 37-50. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acessado em: 24/04/2018



SANTOS, Adriana Pacheco da Silva. **Significações do currículo da Educação Infantil do/no Campo para a comunidade escolar de um Assentamento de Reforma Agrária na região norte de Mato Grosso**. 213 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação Cáceres/MT. 2016.

SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 98, p. 185-212, Mar. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362018000100185&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362018002600965>.

SANTOS, Patrícia Oliveira Santana Dos. **A Reinvenção Da Infância: O Programa Bolsa Família e as Crianças da Comunidade De Feira Nova (Orobó) No Agreste Pernambucano**. 143 p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa. 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da sociologia da Infância. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

SILVA, Ana Paula Soares; PASUCH, Jaqueline. Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do Campo. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. **I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**, 2010.

SILVA, Lourdes Helena e COSTA, Vânia Aparecida. **Educação Rural**. Revista Presença Pedagógica, v. 12 n. 69 mai./jun. 2006.

SILVA. Ana Paula Soares da; FELIPE. Eliana da Silva; RAMOS. Márcia Mara. **Infância do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVA. Carmem Virginia Moraes Da. O Brincar Das Crianças Do Campo E A Educação Infantil. Tese (Doutorado). Universidade Do Estado Da Bahia . Salvador. 2016.

SILVA. Luana Santos Da. **A infância dos “pequenos indígenas” Mbyá-Guarani da Tekoá Pindó Mirim: Os entrecruzamentos com a natureza e o protagonismo nos processos educativos**. DISSERTAÇÃO (mestrado). UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. 2017

SOUZA. Ellen De Lima. **Experiências de Infâncias com Produções de Culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam**. 179 p. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, SÃO CARLOS. 2016.

UCHÔA, Patrícia. **A Política da Educação Infantil Pública do Campo**. 136 p. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Juiz de Fora. 2015.



III Congresso Internacional
V Congresso Nacional

25 a 28
Agosto 2021



VASCONCELOS. Beatriz Nogueira Marques. **Modos de participação e apropriação da cultura:** vida, escola e mídia na educação infantil do campo. 155 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP. 2016.